

NOTA EDITORIAL: “GÉNERO E DESIGUALDADES: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS”

DALILA CEREJO*

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA)

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (NOVA FCSH)

ANA PAULA GIL**

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA)

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (NOVA FCSH)

NUNO FERREIRA DIAS***

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA)

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (NOVA FCSH)

Durante as últimas três décadas os estudos de género afirmaram-se como área premente e incontornável da produção científica e académica. Nesse trilho, temos analisado a ubiquidade e transversalidade do género como construção sociocultural em todas as formas de organização humanas, passadas e presentes. Os processos sociais, inter-relacionais e interacionais, coletivos são *genderizados*, assim como as estruturas e instituições sociais. O género molda, e é moldado, em todos os espaços da vida social. Numa contemporaneidade marcada por sucessivas crises sociais, incerteza, conflitos e crescentes polarizações, o género não é uma variável menor no espaço conjunto impactado pelas dinâmicas de tensão social que vivemos. Há muito que o género é conceptualizado como uma estrutura multidimensional de

* E-mail: dalilacerejo@fcsh.unl.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-0118-1558>

** E-mail: anapgil@fcsh.unl.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-6728-7689>

*** E-mail: dnmf@fcsh.unl.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-2520-8994>

desigualdade (Connell, 1987; Lorber, 1994; Rubin, 1975). Hoje assistimos à (re)criação de novas (des)ordens de classificação do género (Connell, 2009): no debate político; nas migrações laborais, nacionais e globais; nas crises de populações refugiadas; nos efeitos das alterações climáticas; nos direitos humanos; na desigualdade económica; nas relações entre gerações; no espaço da família; na intimidade; no bem-estar; no envelhecimento; na violência, etc.

O desenvolvimento de consensos académicos e políticos sobre a persistência das desigualdades de género e o custo social de uma desigualdade estruturalmente sustentada ao longo das diferentes etapas do ciclo de vida – *e.g.*, família, escola, trabalho, saúde, relações interpessoais, intimidade, etc. –, bem como a mobilização coletiva organizada em torno do combate a essas desigualdades estão na base de um conjunto de transformações no entendimento geral sobre os papéis de género e a sua passagem para o corpo jurídico. Essa mobilização e essa transferência têm temporalidades diferenciadas de acordo com os territórios que observamos. Não obstante, as dinâmicas de mudança permitiram uma alteração na estrutura de costumes e evidentes reconfigurações dos significados atribuídos aos papéis de género e à heteronormatividade. Essas reconfigurações estão na base da organização de múltiplas sociedades e da intervenção de entidades supranacionais na defesa dos direitos humanos, contribuindo para a promoção do reconhecimento da pluralidade das identidades e o desenvolvimento de políticas ativas de combate às desigualdades de género.

Nas últimas décadas, a temática ampla das questões relacionadas com o descerramento dos papéis de género tem estado no centro tanto dos debates académicos como de uma polarização sobre a qual se discutem modelos de sociedade e os ideais dominantes de feminilidade e masculinidade binários heteronormativos. A revalorização de papéis tradicionais de género tem ocupado o espaço central da agenda política de uma extrema-direita que se tem normalizado globalmente e que se materializou num agravamento das circunstâncias de violência misógina e patriarcal, tanto física como *online*. Recentemente, as Nações Unidas destacaram o aumento de episódios de violência contra as mulheres e uma maior presença de estereótipos negativos como consequência da multiplicação de discursos de ódio e autoritários facilitados na sua disseminação pelas novas tecnologias¹. O desenvolvimento e a adoção de reformas legais compreensivas são nomeados como imperativos para a mitigação da tendência dos últimos anos, que o inquérito

1 <https://press.un.org/en/2025/wom2246.doc.htm>

da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia identifica como sendo a prevalência da violência perpetrada com base no gênero na Europa a 27 (FRA, 2025).

É precisamente na articulação entre as múltiplas formas de desigualdade e a pluralidade de crises sociais que os papéis de gênero têm sido sujeitos a desafios permanentemente requerentes de análise e, em particular, carentes de dados mais amplos e exaustivos.

O número que apresentamos aborda um conjunto de temáticas que se intersectam na questão do gênero e apontam para a necessidade de múltiplas abordagens conceituais e metodológicas: por um lado o exercício da violência cruzada com modelos relacionais assentes em concepções ortodoxas dos papéis de gênero que remetem para os efeitos de práticas culturais dominantes; por outro lado, a reprodução de estereótipos relacionados com modelos de socialização em diferentes contextos e instituições. A violência obstétrica e a vitimização sexual masculina tardia traduzem duas questões em que a normatividade dos papéis de gênero ainda impera e faz silenciar vítimas, quer no espaço privado, quer no espaço público, nomeadamente nos serviços de saúde. A reprodução dos estereótipos de gênero veiculados no espaço escola condiciona a apreensão, a gestão e a expressão das emoções, com impactos no desenvolvimento emocional das crianças; estes estereótipos perpetuam-se ainda no espaço doméstico, revelando a persistência de desigualdades de gênero, associadas ao trabalho doméstico, ainda dominante em Portugal e na Europa.

O artigo *#EuVivo – a emergência de um movimento contra a Violência Obstétrica em Portugal*, de Laura Brito, problematiza o processo de organização de um movimento de denúncia e combate à violência obstétrica. A autora traz para discussão a questão da criminalização da violência obstétrica como uma das reivindicações dos movimentos sociais pela humanização do parto. O artigo tem como objetivo analisar, quer a iniciativa legislativa, quer o processo de contestação feita pela Ordem dos Médicos face à primeira tentativa de criminalização do problema em Portugal, dos quais decorreu a criação do movimento *#EuVivo*, como forma de valorização dos movimentos sociais contra a violência obstétrica. O artigo baseia-se numa extensa revisão da literatura sobre violência obstétrica, nas áreas da sociologia da saúde e dos feminismos, e no trabalho de campo realizado no âmbito de uma tese de doutoramento, acompanhando os debates que aconteceram em novembro de 2021, tanto sobre o Projeto de Lei, como sobre o parecer e a criação do movimento *#EuVivo*. A revisão da literatura sobre a violência obstétrica, com

base nas perspetivas das mulheres e dos profissionais de saúde, contribui, assim, para um melhor entendimento conceptual deste fenómeno. A autora identifica diferentes formas de violência obstétrica, tais como a negligência, a agressão verbal, física e psicológica, e ainda atos violentos que fazem parte da violência institucional de género e sexual, mas também de raça e classe. A identificação do problema é, segundo a autora, o primeiro passo para o reconhecimento social e a intervenção pública.

Na senda da violência e da vitimização sexual, o artigo de Joana Ferraz da Silva, Ana Brandão e Jean Von Hohendorff, intitulado *Silêncios Desvelados: experiências de revelação de vitimização sexual de homens durante a infância e/ou adolescência*, tem como objetivo analisar o processo de revelação da vitimização sexual vivida por homens durante a infância e/ou adolescência. Através de uma metodologia qualitativa, baseada em treze entrevistas a homens, residentes em Portugal, com idades entre 25 e 63 anos, os resultados do estudo permitiram evidenciar o quanto a experiência vivida é adiada e silenciada, devido a processos de autoculpabilização e medo de revitimização e descredibilização. As vivências relacionais e um ambiente propício à discussão de questões relacionadas com a sexualidade emergem como facilitadores do processo de revelação e de ressignificação, a uma maior maturidade, apoio emocional e intimidade nas relações interpessoais. Os autores explicam o silenciamento pelo desalinhamento com a masculinidade normativa e a dificuldade de expressar sentimentos ligados a fraqueza e vulnerabilidade, barreiras socioculturais que limitam a comunicação da vitimização. O artigo contribui, assim, para a identificação dos facilitadores e inibidores da vitimização, temática que ganha centralidade quer no acompanhamento das vítimas, quer na prevenção de reincidências.

Situada na adolescência e a partir da lente da socialização do género e da emoção, o artigo de Rebeca Judeh e Dalila Cerejo *Laying out a script for students' emotions through gender and emotion socialization*, pretende questionar as identidades que se constroem no espaço escola, onde a maioria das crianças se confronta com múltiplas interações quotidianas. Com base na perspetiva teórica do trabalho de emoção (Hochschild, 1979, 2012) e da teoria da performatividade de género de Butler (2006), o artigo parte da hipótese de que a expressão e a gestão das emoções são aprendidas e adquiridas através da reprodução de estereótipos de género, expressos em regras de sentimento e manifestados no espaço escola. O carácter preliminar do estudo etnográfico realizado no ano letivo de 2023-2024 numa escola pública do 1.º ciclo do ensino básico de Lisboa, com uma turma do 2.º ano constituída por 22 alunos, envolveu técnicas de observação e permitiu

identificar regras de sentimento e estereótipos de género reproduzidos no seio da sala de aula, no material didático e no comportamento dos alunos. Os resultados do estudo evidenciam a forma como os estereótipos de género influenciam a forma como as crianças aprendem, compreendem e expressam as emoções (p. ex., tristeza, confiança, zanga, vergonha). Os autores concluem que a repressão e a não expressão das emoções podem ter efeitos nefastos no desenvolvimento emocional e na capacidade de empatia das crianças.

Enquadrado na temática das desigualdades de género, o artigo *The persistence of gender inequalities in the distribution of unpaid work: an explanatory contribution*, de Miguel Chaves, Ana Lúcia Teixeira, Maria Dolores Martin-Lagos e Marta Donat, parte da hipótese da persistência das desigualdades de género no trabalho doméstico, na população europeia jovem e qualificada, segmento da sociedade onde é expectável que os ideais da igualdade de género sejam dominantes. Os autores partem do Programa Internacional de Inquérito Social (ISSP) sobre as atitudes em relação à família e aos papéis de género e os resultados evidenciam desigualdades de género na população em geral, mas também em dois grandes segmentos sociodemográficos da população que estão particularmente à frente do modelo de paridade: a população jovem com menos de 35 anos. Apoiados nestes resultados, os autores chamam a atenção para o desfasamento entre a defesa de princípios igualitários e a sua aplicação prática. Esta dissociação resulta do risco de reprodução do modelo de ganha-pão masculino alicerçado na associação do homem ao trabalho profissional e da mulher ao cuidado e ao trabalho doméstico. Com base na literatura, os autores concluem que este modelo dominante resulta, por um lado, do modelo de socialização vigente que perpetua competências e saberes desiguais, características disposicionais favoráveis à assunção do trabalho doméstico e do cuidado (crianças, ascendentes) por parte da mulher. Por outro lado, mantém-se um "modelo de carreira androcêntrico" (Lewis, 2010), associado ao homem e ao trabalho profissional, explicativo do menor investimento, quer em termos de tempo e atenção, quer em termos de envolvimento cognitivo, da vida doméstica e da vida familiar.

A leitura global das propostas apresentadas neste número demonstra a relação persistente entre as dinâmicas presentes em espaços sociais diversos como a saúde, a educação, a família e a conceção de trabalho e não trabalho e a organização dos papéis de género. O modo como esta relação impacta as condições objetivas de vida continua a determinar e a circunscrever as hipóteses de ação das pessoas ao longo dos ciclos de vida em consequência

das categorias em que se inscrevem. Os cruzamentos identificados e a natureza múltipla dos dados qualitativos e quantitativos mobilizados confirmam a urgência de produção científica na área dos estudos de gênero. Esta necessidade agudiza-se num momento histórico em que a combinação de narrativas e políticas conservadoras ocupam um espaço cada vez maior tanto na (re)definição e (re)classificação das ideias de feminino e masculino como eixos tradicionalistas de organização social, como na negação do conhecimento baseado em evidência científica, e das ciências sociais, em particular, como espaço privilegiado de sustentação da ação política. Por isso, hoje mais do que nunca, é fundamental que a academia saiba trazer estes debates para o centro da esfera pública e da sociedade civil, como forma de resistência crítica e de construção coletiva de uma democracia mais inclusiva e informada. Este número da revista *Configurações* abraça esse desafio.

Bibliografia

CONNELL, Raewyn – *Gender and Power: Society, the person and sexual politics*. Califórnia: Stanford University Press, 1987.

CONNELL, Raewyn – *Gender in World Perspective*. Cambridge: Polity Press, 2009.

FRA, EIGE, EUROSTAT – *EU Gender-Based Violence Survey – Key results. Experiences of women in the EU-27*. Luxemburgo: Publications Office of the European Union, 2024.

RUBIN, Gayle – The Traffic in Women: Notes on the “Political Economy” of Sex. In

REITER, Rayna R. – *Toward an Anthropology of Women*. Nova Iorque e Londres: Monthly Review Press, 1975. pp. 157-210.

LORBER, Judith – *Paradoxes of gender*. Connecticut: Yale University Press, 1994.